

A narrativa como instrumento de interação na modalidade de EAD

Neusa Teresinha Bohnen (UNITINS)

1. Considerações iniciais

Aprender uma Língua Estrangeira (LE) assume um caráter mais importante em tempos de globalização. Sabe-se que na educação formal existe a obrigatoriedade do ensino de uma língua estrangeira moderna. Entretanto, as deficiências da educação brasileira levam as pessoas a desacreditarem do ensino das escolas regulares, sobretudo das públicas. É voz corrente que não se aprende LE na escola. Contudo, trata-se de uma questão realmente séria. A aquisição de uma segunda língua pode ser um diferencial na vida das pessoas, representando, entre outros fatores, melhores possibilidades no competitivo mercado de trabalho. Daí a importância que assume a formação do professor de LE no sentido de ajudá-lo a ser um profissional efetivamente comprometido com a educação.

Diante das dimensões continentais do Brasil e da demanda por professores de LE, tanto na rede pública como na rede privada de ensino, surge a modalidade de Educação à Distância (EAD) como uma possibilidade de formação desses profissionais. Disso resulta que as Tecnologias de Informação e Comunicação (TIC) passam a exercer um papel fundamental na educação em todos os níveis, inclusive o universitário. Daí este artigo ter como objetivo analisar caminhos possíveis para que o professor de LE com formação na modalidade EAD reflita sobre e compreenda a complexidade de sua prática.

2. EAD — Espaço para o exercício da autonomia e da interação

O século XXI começa sob o signo da mudança na educação. A ciência e as tecnologias assumem uma importância cada vez maior e a revolução da informação cobra alterações nos processos educacionais.

O desenvolvimento das TIC possibilita a educação fora dos parâmetros convencionais. Na EAD, existe a separação física e temporal entre professor e aluno, mas esse não é um componente que impeça a aprendizagem. Existem as atividades síncronas, como o *chat* e a vídeo conferência, mas, em grande parte, as atividades são assíncronas, o tempo do aluno de EAD é virtual. Segundo Maia e Mattar (2007), é preciso que o aluno se autoprograme para estudar, de acordo com seu tempo e disponibilidade.

Porém, a idéia de autonomia não se restringe à possibilidade de gerenciamento do tempo por parte do aluno. É preciso que ele saiba gerenciar, sobretudo, sua aprendizagem. É um novo tipo de personagem que surge com o desenvolvimento das TIC: o aluno virtual. Para Palloff e Pratt (2004), para ter sucesso, o aluno virtual precisa ter acesso a um computador e saber usá-lo, ter a mente aberta a novas experiências educacionais, querer dedicar muito de seu tempo aos estudos, não ver o curso como um meio mais fácil de obter um diploma, e, principalmente, acreditar que a aprendizagem de qualidade pode ocorrer em qualquer momento e lugar. Desse aluno, espera-se, também, que seja autodeterminado, aprenda de modo autônomo, desenvolva estratégias de estudo e explore os novos recursos de comunicação.

Nesse sentido, e reportando-nos à formação de professores em ambiente virtual, vale lembrar Paulo Freire (1996), em sua obra *Pedagogia da autonomia*, para quem ensinar não é transferir conhecimento, mas criar possibilidades para sua produção ou a sua construção. O educador que inibe a curiosidade do educando em nome da memorização de conteúdos, tolhe sua liberdade, sua capacidade de se

aventurar e buscar o novo. Ora, já que o ambiente virtual oferece tantas possibilidades de aquisição de conhecimentos, o professor deve atuar no sentido de estimular no aluno a iniciativa de agir autonomamente.

Modernamente, em EAD, a distância física não supõe isolamento, já que a *internet* possibilita o diálogo entre as partes envolvidas no processo de ensino e aprendizagem. Além disso, há muitos cursos de EAD que, preocupados com a necessidade de interação na educação, criaram comunidades de estudo, nas quais, os alunos não apenas interagem virtualmente, mas também têm encontros presenciais, espaços de convivência em que os pares podem trocar pessoalmente impressões sobre o curso, formar grupos de estudo, fazer atividades em grupo. A importância do diálogo na educação também encontra respaldo nas teorias sociointeracionistas, que destacam a necessidade de comunicação entre as pessoas, já que nascemos em um mundo sociável e a aprendizagem se realiza através da interação.

Vigotski (2000), um importante representante do sociointeracionismo, define como zona de desenvolvimento proximal (ou imediato) um estágio de conhecimento que está em um nível superior da competência que o aluno possui em dado momento. Em outras palavras, o fato de o aluno trabalhar com o professor, ou mesmo com um companheiro mais competente, em um nível imediatamente superior ao de suas atuais capacidades, representa a melhor maneira de ele passar ao nível seguinte. E para que isso aconteça, é preciso que alguém o ajude a aprender. Daí surge outro conceito essencial da psicologia vigotskiana: a mediação. A aprendizagem se torna eficaz a partir da interação que se produz entre pessoas que têm níveis diferentes de conhecimentos. A mediação supõe ajudar os alunos a adquirirem estratégias para aprender mais, para resolver problemas autonomamente e enfrentar a vida em uma sociedade em constante mudança.

Em vista da psicologia vigotskiana e reportando-nos à realidade da EAD, convém refletir sobre as novas tecnologias. Ora, sabe-se que elas não são a panacéia

para os males da educação. Elas realmente vêm modificando o mundo, não necessariamente para melhor, tudo depende de como são usadas. Não representam necessariamente um avanço, a menos que sejam usadas por professores que tenham uma formação crítico-reflexiva.

Outro aspecto importante a ser analisado é a realidade da maioria dos alunos que procuram a EAD. De acordo com dados levantados pela UNITINS (Fundação Universidade do Tocantins) para se conhecer as principais razões para que o aluno opte por um curso à distância, algumas conclusões foram: falta de oportunidade (cerca de 30% dos alunos está na faixa entre 30 e 60 anos), o menor preço (o poder aquisitivo da população é baixo) e, a partir da obtenção do diploma, ter uma melhoria salarial. Acresça-se a isso o cansaço de uma jornada de trabalho, as deficiências da educação de base e uma arraigada dependência da presença do professor. O panorama não parece muito propício à formação do professor de LE como agente transformador da sociedade. Mas os desafios existem para ser vencidos, e, para que essa formação aconteça, a necessidade de interação professor/ aluno passa a ser de fundamental importância.

Nesse sentido, o ambiente virtual de aprendizagem propicia espaços úteis de interação, como fóruns, *chats*, listas de discussão etc., que podem funcionar para a divulgação de idéias, detecção de progressos e deficiências e mesmo para a avaliação do desempenho dos alunos.

3. Competências do professor de língua estrangeira

Em se tratando de ambiente virtual de aprendizagem, parece indispensável citar Perrenoud (2000), que em sua obra *Dez novas competências para ensinar*, apresenta, entre outras, as competências que devem orientar a formação inicial e contínua, bem como as que recorrem à pesquisa e enfatizam a prática reflexiva.

Dentre essas dez competências ressaltamos a 8^a, que diz respeito à utilização de novas tecnologias.

Essa competência nos leva a refletir sobre a necessidade de que a escola se integre ao mundo. Ora, as TIC modificam não só a maneira de nos comunicar, mas também de trabalhar e pensar, portanto, é importante incluí-las no contexto escolar. Entretanto, deve-se refletir criticamente sobre seu uso na escola e não vê-las como uma verdade absoluta. São a reflexão e o bom senso que devem reger as atitudes do professor no sentido de ver quais são as reais necessidades e possibilidades de se trabalhar com informática na sala de aula.

O inegável é que o professor não pode mais se ater somente ao livro didático e, usando as TIC, precisa ter competência em situá-las e conciliá-las com seu trabalho. Enfim, as possibilidades que a tecnologia oferece para se trabalhar na escola são inúmeras, o importante, reforçando o que foi dito anteriormente, é que o professor saiba utilizar criticamente qualquer ferramenta que lhe seja disponibilizada.

Ainda com relação às competências necessárias à prática pedagógica, não necessariamente ligadas às TIC, mas indispensáveis para a formação do professor de línguas crítico-reflexivo, lembramos Almeida Filho (1999), que caracteriza o professor de línguas contemporâneo como um profissional que deve atender a exigências e expectativas atuais, pensar, se auto-avaliar e buscar formas de superação, e que é chamado a ensinar através da abordagem comunicacional.

Vale dizer que, para exercer a profissão, o professor de LE precisa de um diploma universitário que o habilite a tal fim e, sobretudo, é necessário que demonstre competência profissional. Essa competência se expressa em profissionais que valorizam sua prática, conhecem seus direitos e deveres, têm respeito pela sua classe e se empenham na formação de seus alunos. Para atingir essa competência profissional, é preciso que a formação do professor não se restrinja à graduação, ao contrário, deve ser continuada. Ainda segundo Almeida Filho (1999), para se atingir

essa competência profissional, são necessárias ao professor as competências lingüístico-comunicativa e implícita, para que ensine o que sabe na língua-alvo e o faça espontaneamente, usando procedimentos apropriados. A essas competências se alia a competência teórica, através da qual o professor explica as teorias de aprendizagem de língua. A síntese dessas competências é a competência aplicada, uma forma de aliar a teoria à prática pedagógica.

Vale lembrar que essa relação teoria-prática tem sido um problema na formação de professores de LE. Muitos acreditam que através de determinadas técnicas e procedimentos vão resolver os problemas que surgem em sala de aula. Schön (1992) denomina racionalidade técnica esse modelo de educação profissional, segundo o qual a atividade profissional deve buscar soluções de problemas através da aplicação rigorosa de teorias e práticas científicas. Ora, assim que se dá conta da complexidade da sua tarefa, o professor se angustia, pois não há uma teoria científica única que oriente a prática docente. Para conviver com um universo heterogêneo, instável, muitas vezes surpreendente, que representa uma sala de aula, o professor precisa refletir sobre sua prática e criar novas teorias.

Refutando o modelo da racionalidade técnica, Schön (1992) propõe que a formação do professor se baseie na epistemologia da prática para a construção do conhecimento. Para tanto, estrutura o enfoque reflexivo em determinados conceitos, sendo um deles o conhecimento-na-ação, representado pela atitude do professor que, quando precisa resolver um problema em sala de aula, espontaneamente faz uso de seus recursos intelectuais, como teorias, crenças, conceitos etc. Esses recursos estão interiorizados e podem se tornar conscientes pelo exercício da reflexão.

Outro conceito é a reflexão-na-ação, que se refere a uma atividade consciente do sujeito e, por meio dela, o professor, diante de uma situação nova, reflete sobre ela, mas enquanto pensa, age. É esse mecanismo que permite a criação e o imprevisto que são necessários para tantas situações vivenciadas em sala de aula.

Já na reflexão sobre a ação, o professor, distanciando-se da situação prática e utilizando estratégias de análise, procura compreender sua atitude visando a aceitá-la, aceitá-la em parte ou refutá-la. Nesse sentido, o professor se torna um pesquisador da sua prática.

Mas o enfoque reflexivo de Schön tem seus críticos. Para Zeichner e Liston (*apud* CONTRERAS, 2002), Schön centrou-se em práticas individuais, não se preocupando com mudanças institucionais e sociais. Esses autores acreditam que a reflexão deve ser dialógica, deve-se discutir com os outros o que se faz. Além disso, crêem que o processo reflexivo deve considerar o contexto sociohistórico no qual ocorrem as atividades de ensino. Para tanto, propõem um processo reflexivo-crítico, que não se limita à observação, análise e reflexão da prática do professor, mas também requer uma postura crítica frente à instituição em que ensina. Nesse processo, o professor deve se comprometer com a transformação de uma sociedade injusta, a reflexão deve levá-lo a promover mudanças no contexto em que trabalha e não aceitar situações muitas vezes vistas como normais ou inevitáveis.

Isso quer dizer que, como professores, se não alertamos nossos alunos para a relação entre linguagem e poder que se pode observar historicamente e nos usos cotidianos da linguagem, estaremos nos distanciando do modelo de educação que busca transformar e melhorar a sociedade.

4. Considerações finais

A formação de professores de LE representa um desafio para a educação brasileira, principalmente agora, que se aproxima o ano de 2010, prazo final para o cumprimento da Lei 11.161, que trata da oferta obrigatória de língua espanhola nas escolas de ensino médio em todo o Brasil. Diante das deficiências do ensino presencial, há que se superar preconceitos e considerar a modalidade EAD como um

instrumento possível de formação de professores de LE, através de uma perspectiva crítico-reflexiva, capacitando-os como agentes de transformação social.

A falta de professores, sobretudo de LE, num país onde as desigualdades sociais e regionais são tão marcantes, é um grande problema a ser minimizado. Principalmente nas regiões Norte e Nordeste, a possibilidade de a maioria da população ter acesso ao ensino universitário é mínima, senão nula. Há situações em que a realidade da educação nessas regiões é própria do 3º mundo: professores com pouquíssima formação, alunos desnutridos, com sérias dificuldades de aprendizagem, escolas em ruínas (quando há) etc. Preserva-se, assim, o círculo vicioso de professores mal formados que, por sua vez, tendem a formar mal os alunos. É bom lembrar que o diálogo com as comunidades mais distantes e carentes pode ser facilitado através da tecnologia. Há cidades no interior do Tocantins, por exemplo, cujo único computador ligado à *internet* é o das telessalas onde se encontram os estudantes que estão se formando em algum curso de graduação à distância.

Enfim, os desafios da educação brasileira são muitos, mas talvez seja a formação de professores sob uma perspectiva crítico-reflexiva uma forma realmente eficaz de intervenção nas estruturas injustas da sociedade brasileira.

Referências

ALMEIDA FILHO, J. C. P. *O professor de língua estrangeira em formação*. Campinas: Pontes Editores, 1999.

CONTRERAS, J. *A autonomia de professores*. São Paulo: Cortez, 2002.

FREIRE, P. *Pedagogia da autonomia: saberes necessários à prática educativa*. São Paulo: Paz e Terra, 1996.

MAIA, C.; MATTAR, J. *ABC da EAD: a educação a distância hoje*. São Paulo: Pearson Prentice Hall, 2007.

PALOFF, R. M.; PRATT, K. *O aluno virtual: um guia para trabalhar com estudantes on-line*. Porto Alegre: Artmed, 2004.

PERRENOUD, P. *Dez novas competências para ensinar*. Porto Alegre: Artmed, 2000.

SCHÖN, D. A. Formar professores como profissionais reflexivos. In: NÓVOA, A. (Org.). *Os professores e sua formação*. Lisboa: Publicações Dom Quixote, 1992.

VIGOTSKI, L. S. *A construção do pensamento e da linguagem*. São Paulo: Martins Fontes, 2000.